

ÁGUAS AMAZÔNICAS E COSMOGRAFIA DOS BEIRADEIROS DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA TERRA DO MEIO¹

Ana Débora da Silva Lopes²
Flávio Bezerra Barros³

RESUMO

Na primeira metade do século XX, em busca de trabalhos nos seringais, chegaram os primeiros moradores na região que viria a ser a Estação Ecológica Terra do Meio (EETM). Os seringueiros que lá permaneceram, aprenderam a conviver com as matas e rio, de forma que eles e seus descendentes passaram a viver no local. A realização de pesquisa de campo evidencia que as famílias utilizam as rabetas como transporte, vivendo em meio a fauna, flora e aos encantados que são parte de suas existências e um elemento fundamental para sua forma de ver e estar no mundo.

Palavras-chave: Populações tradicionais. Amazônia. Modos de vida. Unidades de Conservação.

ABSTRACT

In the first half of the 20th century, in search of works in the rubber plantations, the first inhabitants arrived in the region that would become the Estação Ecológica Terra do Meio (EETM), in Altamira-PA. The rubber tappers who stayed there, learned to live with the woods and river, so that they and their descendants came to live in the place. The realization of field research shows that families use canoes with motor as transport, living among the fauna, flora and the enchanted ones, that are part of their existence and a fundamental element for their way of seeing and being in the world.

Key-words: Traditional populations. Amazon. ways of life. Conservation units

INTRODUÇÃO

Apesar de ser discutida em todo o mundo, a região amazônica ainda é um lugar desconhecido da maioria dos brasileiros ou visto de forma etnocêntrica como um espaço de “vazio demográfico”. Se a região amazônica é vista de forma inadequada no cenário nacional, as populações tradicionais sofrem ainda mais com o preconceito ou com o esquecimento sobre suas existências. Castro (1997), em seu estudo sobre populações tradicionais da Amazônia, problematiza os preconceitos enfrentados por eles frente a sociedade brasileira que os coloca em um patamar de inferioridade enquanto cidadãos:

Respalhando-se em representações que reforçaram, no passado, os preconceitos, nossa sociedade moderna vê aquelas práticas tradicionais de trabalho como improdutivas. Nessa mesma perspectiva, a articulação da vida ao tempo natural é

¹ O presente artigo foi elaborado a partir da dissertação de mestrado da primeira autora. Consultar LOPES (2015)

² Mestre em Antropologia, Universidade Federal do Pará, e-mail: deboralopes@ufpa.br

³ Doutor em Biologia da Conservação, Universidade Federal do Pará, flaviobb@ufpa.br

esvaziada de sentido, sendo utilizado inclusive o termo não trabalho, como imagem negadora (CASTRO, 1997, p. 227)

Suas atividades cotidianas como caça, pesca e extrativismo são vistas como não trabalho, como se fossem populações dependentes, uma espécie de peso social para os demais brasileiros. O trabalho reconhecido pela sociedade seria somente aquele inserido em contextos urbanos, que produz para indústria ou para as empresas e desconsidera a importância de populações que não se enquadram no *ethos* urbano, como os ribeirinhos da Amazônia.

Gondim (2007), em seu estudo sobre “A invenção da Amazônia”, considera que historicamente as populações amazônicas são vistas como indolentes, contrárias a ideia de progresso e desenvolvimento. Estas ideias marcaram a implementação de uma agenda de grandes projetos voltadas para o capital internacional, como a extração de borracha para abastecer as grandes indústrias do mundo. A autora argumenta que viver do extrativismo, caça e pesca, provocando baixos impactos ambientais seria a negação da ideia de progresso, pois “a floresta é responsabilizada pela transformação do homem: os caboclos e os índios são preguiçosos, indolentes e lidos como crianças grandes e ingênuas ou intrusos, desajustadores da harmonia natural (GONDIM, 2007, p.287).

Os beiradeiros da Estação Ecológica Terra do Meio (EETM) vivem em um cenário de exclusão e esquecimento na sociedade brasileira. Ao mesmo tempo são lembrados apenas quando há interesses externos em cercá-los com grandes empreendimentos implementados na microrregião de Altamira. A construção da Transamazônica, em 1970, e da hidrelétrica de Belo Monte, em 2011, embora não os tenha afetado diretamente, trouxe pressão aos beiradeiros, por possibilitar a chegada de novos sujeitos.

A Estação Ecológica Terra do Meio foi criada por decreto s/n de 17 de fevereiro de 2005. Essa UC está localizada nos municípios de Altamira e São Feliz do Xingu, Estado do Pará (Figura 2), totalizando uma área de 3.373.133,89 hectares. Estende-se ao longo do rio Iriri, o maior afluente do Xingu, no qual o primeiro deságua após percorrer cerca de 900 km, desde sua nascente, na Serra do Cachimbo (Daniela Alarcon e Maurício Torres, 2013).

A EETM é uma UC de proteção integral, isso quer dizer que, dentro do que dita o SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação, essa UC tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisa científica, sendo proibida a permanência de populações humanas morando dentro dos limites da mesma. Mas, quando foi criada já existiam pessoas residentes e esse fato é recorrente em grande parte das UCs de proteção integral do Brasil e de outros países (Dalila Mello *et al* s/d; Rinaldo Arruda 1999)

A criação da UC, nos anos 2000, apesar de ter trazido riscos da perda de territórios aos beiradeiros, trouxe novas perspectivas devido a presença de agentes de Estado com os órgãos oficiais. Contudo, as pesquisas de campo, desenvolvidas entre 2014 e 2016 por um dos autores do presente texto, apontam para uma realidade em que os beiradeiros se organizam politicamente buscando reconhecimento oficial e garantia de permanência no lugar onde vivem, e buscam os direitos mínimos aos cidadãos do país como acesso aos serviços de educação e saúde e vivem permanentemente sobressaltados ante a possibilidade de virem a ser retirados da EETM. Uma vez que se trata de uma UC a lei estabelece como reserva de Unidade de Proteção Integral e não permite a presença de moradores, o que os transforma em “foras-da-lei”.

PERCURSOS METODOLÓGICOS

As idas até a EETM se deram por meio fluvial e parte por meio terrestre. No primeiro campo, o itinerário até lá foi somente por meio fluvial, o qual se iniciou a partir do Município de Altamira, subindo o rio Xingu para ter acesso ao rio Iriri. Esse percurso levou em média três dias de voadeira (lancha) com motor modelo 115hps. Durante esses dias paramos apenas para pernoitar na casa de moradores da ResEx Rio Iriri, onde fomos sempre bem recebidos. A viagem aconteceu no final do mês de junho (período já considerado como estação seca do rio), e chegamos na primeira casa⁴ da estação ecológica na metade do terceiro dia. Esse percurso pode ser mais rápido, mas depende muito do tempo climático, pois geralmente no início da manhã tivemos problema com a cerração⁵, dificultando a navegação.

Já o segundo campo, no mês de outubro, por conta do baixo nível da água, tanto do rio Xingu quanto do rio Iriri, onde existem muitas cachoeiras e não tem como passar voadeiras grandes carregadas, dificultando a trafegabilidade, além de se levar muito mais tempo nesse deslocamento. Dessa forma, o percurso na ida foi de caminhão (veículo adequado para carregar suprimentos para uma viagem de mais de 30 dias), primeiro pela rodovia Transamazônica até o município de Uruará, onde pegamos uma estrada que dá acesso ao rio Iriri, na localidade Maribel, onde pernoitamos. Esse percurso levou, em média, nove horas, por causa das condições ruins das estradas e pontes. No dia seguinte pegamos a voadeira para

⁴ Levando em conta a margem direita do rio Iriri, pois a primeira casa da EETM é no Rio Novo, único núcleo familiar separado do restante dos moradores desta UC, a distância de Altamira até lá gasta-se 12 horas, em média, de voadeira com motor 115 durante a estação cheia.

⁵ Muita neblina que dificulta a visibilidade, impossibilitando a navegação por conta da grande quantidade de pedras existentes no leito do rio.

seguir viagem pelo rio Iriri até a EETM, onde chegamos depois de dois dias e meio. Durante esse percurso, foi necessário parar nas casas dos moradores da ResEx Iriri para pernoitar e preparar refeições.

Durante esses dois períodos de pesquisa de campo, no período de julho a novembro de 2014, foram entrevistados 22 interlocutores, os quais fazem parte dos 13 núcleos familiares que já moram há mais tempo no território, sendo 11 do gênero masculino e 11 do gênero feminino, os quais estão inseridos dentro de uma faixa etária entre 18 e 76 anos. Foram realizados dois campos, com duração média de 30 dias cada um. Para manter a identidade dos interlocutores em anonimato, serão utilizadas somente siglas e a idade dos mesmos quando for fazer referência as suas falas no decorrer do texto.

A convivência com as famílias proporcionaram experiências muito diversas, vivenciando uma série de situações determinantes para o tipo de relação estabelecida com os integrantes de cada uma dessas famílias. Uma família em especial, foi muito intensa, a ponto de no final do dia não ser possível completar as anotações do diário de campo. Foi importante para a pesquisa, a participação nas atividades cotidianas da família, na roça, colaborando no processo de produção de farinha de mandioca, na busca de água no rio, para os usos na cozinha, no preparo de algumas comidas, na lavagem das vasilhas na beira do rio e até a noite, a atenção era sempre requisitada para algo que lembravam e gostariam de compartilhar.

1. QUEM SÃO OS BEIRADEIROS DA EETM ?

A expansão nacional moderna é caracterizada por Galvão (1955) por três tipos de atividades: a pecuária, a agricultura e a exploração dos recursos naturais. Para o autor, cada uma delas implica em exigências diversas sobre o meio e sobre a organização e a natureza da frente pioneira. Na região amazônica, a principal meta econômica da frente pioneira nacional, ainda de acordo com Galvão foi a coleta de produtos naturais da floresta, tais como: condimentos, madeiras raras, óleos, peles e a borracha.

A economia baseada no extrativismo voltada para o capital internacional movimentou a Amazônia desde a primeira metade do século XX e exigiu ampla mão-de-obra (SANTOS, 1980). Em muitas áreas, a participação dos indígenas era requerida por seu conhecimento da floresta e do processamento primário de seus produtos. Em outras, principalmente nas de exploração mais recente, a participação dele é substituída por uma migração maciça de caboclos do nordeste do Brasil ou repellido para o interior (GALVÃO, 1955). A região da Terra do Meio começou a ser ocupada por populações não-indígenas no final do século XIX,

tornando-se rapidamente um importante núcleo de exploração de produtos extrativistas, em especial a seringa (*Hevea brasiliensis*). Esse período coincide com o problema da seca prolongada no Nordeste, ocorrendo assim, a migração de nordestinos para a Região Norte, estimulada pelo Governo Federal.

Para Santos (1980) a migração de nordestinos para os recônditos da Amazônia, em busca de trabalhos nos seringais, garantiu a expansão da exploração da borracha, pois não haveria mão de obra local suficiente para esta atividade. A região do rio Xingu foi um importante entreposto da economia da borracha na virada do século XIX para o século XX, sendo responsável por exemplo, por alçar a Altamira, da condição de vila para a de cidade (SOUZA, 2008).

Uma pesquisa de campo em municípios situados às margens do Xingu, como Altamira, Senador José Porfírio e Porto de Moz, aponta para a forte presença de descendentes de seringueiros que acabaram por fazer parte de uma série de narrativas e memórias da região. Ao mesmo tempo, muitos seringueiros permaneceram vivendo nas localidades onde trabalhavam, dando origem às vilas ribeirinhas, nas quais vivem atualmente os seus descendentes.

Os grupos de seringueiros vindos especialmente do Nordeste, mas também de outras localidades do Pará, foram aos poucos ocupando toda a região, segundo o modelo clássico da “patronagem” e do aviamento com as moradias espalhadas em torno dos barracões dos seringalistas. As famílias de seringueiros dispersavam-se ao longo dos rios de acordo com a localização dos seringais e a quantidade de estradas de seringa. Aos poucos cada família foi constituindo um “lugar”, ou seja, identificando-se e sendo identificada em determinados trechos dos rios (MMA, 2012).

Com a baixa no comércio da borracha, os seringueiros do rio Iriri e seus descendentes, em um processo análogo àqueles ocorridos em muitas áreas da Amazônia, passaram a compor um segmento camponês florestal, cujo modo de vida ancora-se em um conhecimento profundo da floresta e rio, desenvolvendo atividades produtivas de impacto muito reduzido (ALARCON e TORRES, 2013).

Em um trabalho realizado por Escada *et al.* (2005), os beiradeiros do interflúvio Xingu Iriri são caracterizados por viverem nas margens dos rios Xingu, Iriri e Curuá, em habitações isoladas umas das outras, desenvolvendo basicamente atividades extrativistas como a pesca e a coleta da castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa*). Para os mesmos autores, essas atividades não alteravam significativamente a cobertura florestal, mas ressaltam que esses moradores estavam submetidos a condições precárias de subsistência, por conta, principalmente, da

ausência do Estado tornando-se vulneráveis aos processos de invasão de terras, grilagem e violência. Os autores analisam ainda que:

Além disso, contém uma população de ribeirinhos que desenvolve atividades extrativistas e habita as margens do rio Iriri. Será necessário desenvolver um eficiente sistema de monitoramento e fiscalização, que deve ser mantido por um longo período de tempo, evitando novos conflitos, desmatamento e grilagem de terras (ESCADA *et al*, 2005, p. 16-17).

Atualmente, com a criação da Unidade de Conservação (UC), diminuiu a pressão sobre as terras, mas não acabou com a violência, tendo em vista que em alguns momentos foi praticada pelo próprio Estado, na medida em que demonstrou, pelas primeiras ações dos servidores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA (que era o órgão gestor na época), sua falta de traquejo para lidar com os residentes da EETM, os quais foram surpreendidos, vendo suas propriedades serem invadidas, seus pertences revirados e jogados ao chão por estranhos armados. Foram e são tratados como foras da lei, ainda correm o risco de perder seu território de vez pela lei que lhes foi imposta pelo Estado, sem consulta nem aviso prévio. Um completo desrespeito que se segue, já que desde a criação da UC, há treze anos, esperam por respostas sobre quais serão seus destinos. Uma vez que, segundo a lei nº 9.985, sancionada em 18 de julho de 2000, que cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC (BRASIL, 2000), em UC's de proteção integral não é permitida a permanência de populações humanas, que é o caso da EETM (Artigo 9º do SNUC).

Em trabalho publicado em 1997, Castro analisa com preocupação a legislação ambiental brasileira que pode, em alguns casos, impedir o acesso aos direitos fundamentais às populações da Amazônia. Para a autora, apesar das dificuldades enfrentadas, a busca por uma maior organização social e reivindicação de direitos fundamentais, bem como de reconhecimento às suas trajetórias, cada vez mais as populações não indígenas que vivem às margens dos rios e/ou no interior da floresta têm conseguido vitórias significativas em diversas esferas:

A trajetória recente dessas lutas tem mostrado certas conquistas e o reconhecimento de direitos, o que nos permite concluir pela existência de um processo no qual esses grupos estão garantindo apresentarem-se com o aval de sua história, frente à sociedade moderna ocidental, com experiências de preservação da natureza, sem prejudicar, bem ao contrário, a sua reprodução cultural e social. (CASTRO, 1997, p. 240).

Mas, apesar de diversas conquistas nas lutas por reconhecimento e por direitos, ainda há muitos grupos no interior de UCs que ainda sofrem com a exclusão social e o não reconhecimento oficial de suas comunidades. Arruda (1999), faz uma crítica séria à política ambiental vigente, a qual tenta se viabilizar por uma postura autoritária totalmente dependente de fiscalização repressiva. Para este autor, essa política necessita de embasamento técnico-científico e legitimidade social entre a população regional, a qual estaria predestinada “a uma preservação ao estilo “jardim zoológico”, resguardando apenas algumas áreas intocáveis, num recorte insuficiente para a reprodução integral dos ecossistemas, para a manutenção da biodiversidade e pluralidade cultural” (1999: 90).

De acordo com Mello *et al.*⁶, que realizaram e acompanharam vários trabalhos na Estação Ecológica Terra do Meio (EETM), existe entre os beiradeiros da região do rio Iriri, duas tipologias de modos de vida: colonos e ribeirinhos. Para essas autoras, os colonos são aquelas pessoas que compraram terras e vieram morar ali nas últimas décadas, com a perspectiva de retirar a vegetação e plantar pasto para criação de gado. Eles se auto-reconhecem como colonos, querem continuar suas atividades agropecuárias, e gostariam de continuar nas suas terras, nas quais já tiveram o trabalho de formar pasto, plantar árvores que já estão frutificando. Já os ribeirinhos, de uma forma geral, vivem há mais tempo na região do Iriri, têm na caça e na pesca sua principal fonte de proteína para alimentação, não desejam criar gado, tendo um modo de vida mais aproximado ao das populações que atualmente residem nas Reservas Extrativistas, desenvolvendo o extrativismo de castanha, açaí e óleos vegetais, que comercializam.

A EETM está dividida em três partes, a saber, Setor 1, Setor 2 e Setor 3, onde existem, pelo menos, três grupos residindo, os fazendeiros, os colonos e os ribeirinhos. A presente pesquisa foi desenvolvida somente com o último grupo, que no presente texto o designará de beiradeiros, a designação que gostam de serem chamados. Esse reconhecimento da categoria *beiradeiro* se apresenta como uma construção social apropriada e ressignificada por eles. A resposta a seguir ilustra bem esse sentido de pertença: “sempre a gente foi beiradeiro, porque nascemos e nos criamos aqui no beiradão, esse negócio de ribeirinho foi o pessoal de fora que disse que a gente era” (R. G. 36). Nesse sentido, de acordo com Oliveira (2006), o reconhecimento é entendido como:

⁶ MELLO, Dalila Silva; SOUZA, Tathiana Chaves de; PRADO, Malhães Rosane & FERREIRA, Maria Inês Paes. Direitos dos beiradeiros do Iriri: a situação dos ribeirinhos e colonos na estação ecológica da terra do meio-Pará-Brasil, s/d, não publicado.

[U]m ato expressivo, pelo qual este conhecimento está confirmado pelo sentido positivo de uma afirmação. Contrariamente ao conhecimento, que é um ato cognitivo não público, o reconhecimento depende de meios de comunicação que exprimem o fato de que outra pessoa é considerada como detentora de um “valor” social. (OLIVEIRA, 2006, p. 31).

A partir da tipologia mencionada pelas autoras acima, consideraram esse perfil próximo ao dos extrativistas tradicionais das ResEx. De acordo com o SNUC, “A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade”.

Atualmente, a maioria dos beiradeiros mora no Setor 3 e suas residências estão localizadas no lado esquerdo do rio Iriri. Foram identificados 13 núcleos familiares, cuja composição variou de dois a oito membros, totalizando 56 moradores. Sendo que, grande parte dos interlocutores, com exceção de uma pessoa, nasceu nas margens do rio Iriri. Os moradores mais antigos chegaram na época da extração da seringa, na primeira metade do século XX. A moradora que reside há mais tempo conta que antigamente era diferente nesse trecho do rio Iriri:

Quando meus pais eram vivos, aqui no beiradão tinha muita gente morando e trabalhando, tirando seringa e caçando gato para tirar a pele, mas depois que acabou a seringa e foi proibido caçar gato ficou difícil de morar no beiradão e aí o pessoal começou ir embora (R. G. S. 76 anos).

A lógica de produção desses beiradeiros pode ser considerada de baixo impacto, tendo em vista a quantidade de moradores por hectare, a diversidade de recurso explorado e o tempo que eles moram nesse território. Tendo como atividade produtiva a agricultura de subsistência (destacando-se o cultivo de mandioca) que usa a capoeira em pousio, além da caça, pesca, extrativismo vegetal e criação de animais de pequeno porte (galinha, galinha d’angola e patos), ainda são construtores de canoa e fazem cestaria. Esse modo de vida pode ser classificado como uma prática da sustentabilidade ecológica, que de acordo com Lima e Pozzobon (2005) é considerada como a capacidade de uma dada população de ocupar uma determinada área e explorar seus recursos naturais sem ameaçar, ao longo do tempo, a integridade ecológica do meio ambiente.

No extrativismo vegetal, tem destaque a castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa*), como o principal produto coletado e comercializado. Realiza-se também a atividade de coleta de frutos, como patoá (*Oenocarpus bacaba*), bacaba (*Oenocarpus bacaba*), açai (*Euterpe oleracea*), buriti (*Mauritia flexuosa*) e uxi (*Endopleura uchi*); além de ervas medicinais, cipós

e palhas, como a de babaçu (*Orbignya spp.*) utilizada para cobertura de construções e produção de cestarias. Os beiradeiros da EETM, atualmente se ocupam com outras atividades, no período do ano que não estão envolvidos na coleta da castanha. Trabalham como pilotos de embarcações e técnicos de campo no apoio às pesquisas científicas; prestando serviço ao órgão gestor da UC, para prefeitura municipal ou para terceiros.

2. RECEBENDO EM SUAS CASAS

Os beiradeiros da EETM recebem com afetividade e com o que possuem de melhor as pessoas que visitam suas casas. Oferecem lugar para dormir, alimento e auxiliam em todo o processo de instalação e adaptação para seus visitantes. A necessidade de receber adequadamente remete a um valor social importante para os moradores. Barth (2000), ao estudar a identidade pathan, conclui que ser pathan inclui a obrigação de receber bem todos os viajantes. Não ser hospitaleiro pode vir a colocar uma família pathan em situação desfavorável diante das outras famílias, pois seria a violação de um valor fundamental para a construção da identidade.

A receptividade foi vivenciada em todas as chegadas, com tratamento amável e a amizade na acolhida. Se sentem na obrigação de receber bem aos chegantes. Os moradores fazem agrados aos visitantes, oferecendo doces, café, frutas, carne e até oração de proteção para realizar o trabalho em segurança. Era sempre assim, quando tinha que deixar uma família para ir para moradia de outra, ganhava uma dádiva, como demonstração de amizade e do quanto se dispõem a ser hospitaleiros.

Para os beiradeiros é fundamental receber bem, ser hospitaleiro com os novos chegantes ou com os velhos conhecidos que os visitam, o que possibilita aos visitantes se sentirem em casa durante o período de sua estadia entre eles. As habitações estão distribuídas ao longo do Rio Iriri, com distâncias variadas uma da outra, chegando a demorar um dia inteiro de rabeta⁷ (Figura 1) nesse deslocamento, durante o período de seca do rio. Em sua grande maioria, as moradias são construídas com o aproveitamento dos recursos locais, tirados da floresta e do solo, sendo a maioria coberta de palha, piso de terra batida, com paredes de barro ou madeira, todas têm divisões que separam os cômodos, os quais podem variar de tamanho e quantidade, dependendo do número de membros familiares. Mesmo assim, pode-se observar que em algumas, um único cômodo pode servir de quarto para toda a

⁷ As rabetas são pequenas embarcações de madeira, motorizadas, utilizadas como principal meio de transporte pelos beiradeiros.

família, enquanto em outras existem mais de dois cômodos para dormitório, sendo no geral um do casal e outro para os filhos, além da sala e da cozinha. Na maioria dessas habitações, a sala é o cômodo de maior espaço e serve de ligação entre a cozinha e os quartos.

Figura 1: Imagem de uma rabeta após o retorno da pescaria. Fonte: Débora Lopes.



Os móveis são de madeira, compreendidos por bancos de vários tamanhos e a mesa que geralmente fica na sala. As refeições, comumente, são feitas no chão da cozinha, sentados em pequenos bancos, no chão ou na posição de cócoras. Na maioria das moradias existe fogão a gás, o qual raramente é usado, pelas condições econômicas e por conta do difícil acesso para recarregá-los, sendo os fogões de lenha ou carvão os mais utilizados. Foi possível verificar a existência de cama, geralmente no cômodo onde dorme o casal, mas em sua grande maioria as pessoas dormem em redes. Em todas as moradias existem rádios de pilha, a frequência mais ouvida é a Rádio Nacional da Amazônia, que é por onde sabem as notícias sobre o que acontece fora do mundo deles e o programa preferido é o Ponto de Encontro, apresentado pela locutora Sula Miranda.

A estrutura do telhado de palha evidencia que os moradores são detentores de técnica e de um bom planejamento, inclusive, no seu fabrico existe todo um ritual que começa com a escolha das folhas e da madeira que será a base da estrutura. Eles sabem exatamente quantas

folhas e quantas peças de madeira serão necessárias para a construção de um determinado tamanho de telhado. É nessa estrutura, entre as palhas, que ficam guardados os materiais de pesca, os arpões, os caniços, os arcos e as flechas. No geral, a tarrafa fica pendurada em um dos cantos da sala.

3. O RIO E A COSMOGRAFIA DOS BEIRADEIROS

Beiradeiro não gosta de morar para dentro da mata, não pode ficar longe do rio se não ele morre. Tem que ver o rio, tem que ficar olhando para o rio. Na mata você mata um tatu ou uma paca, as vezes mata algum, mas têm vezes que não consegue nada, aí não vai comer só arroz com abóbora, porque não gosta, não tem costume. No rio não, têm vários tipos de peixe, ele pode escolher, é só ir lá. (J. G. M. 60 anos).

O rio Iriri é um dos recursos mais importantes para os beiradeiros, é sua rua, via de acesso à cidade, aos vizinhos, é fonte de recurso alimentar, faz parte de seu imaginário, meio de reprodução de vida. A importância de suas águas se manifesta nesses diferentes contextos do cotidiano, seja para colocar a mandioca de molho, seja para o consumo da família ou para suprir as necessidades dos afazeres nas moradias de um modo geral. Todas as famílias usam o rio como base para sua organização social e econômica, seja para lavar as vasilhas, lavar as roupas, tratar o peixe, tratar a caça, tomar banho.

Figura 2: Uso do rio para lavar as vasilhas. Fonte: Débora Lopes



No rio, também se aprende com os mais experientes (e experimentando ao mesmo tempo) a arte de pescar e também capturar outros animais, onde se conhece a relação de alguns vegetais e os peixes, onde se aprende os limites de suas áreas, seus melhores poções, identificam o período do ano mais adequado para capturar cada espécie e áreas onde as mesmas podem ser encontradas. Estas práticas proporcionam uma maior variedade de opções e facilitam na hora de escolher os locais onde estão as espécies mais apreciadas, bem como possibilitam aprendizagem para os mais jovens em lidar com as diversas situações desse contexto.

É através do rio que é possível o encontro entre os vizinhos, guiando suas rabetas, que no período seco se contorcem nos canais para escapar de uma ou outra pedra, subindo ou descendo cachoeiras, isso quando não têm que parar nas trempes para descer e empurrar a embarcação que se prende no assoalho do rio cheio de gorgulho, momento de muita perícia e técnica para não levar ferrada das arraias de vários tipos e tamanhos que se camuflam e se amontoam em cima da areia e das pedras.

De noite não se lava nenhum tipo de vasilha usada no preparo da comida e nem as que são usadas pela família no jantar. Todas são organizadas dentro de uma bacia e somente na manhã do dia seguinte são levadas para o rio para serem lavadas pelas mulheres que descem para a beira também para lavar roupas. Uma delas falou que não gosta de lavar as vasilhas no jirau, disse que quando não são lavadas no rio parece que não ficam bem limpas.

Para as crianças, a hora do banho é sempre um momento lúdico, se não tiverem que ir para escola depois, ficam horas brincando até que o pai ou a mãe os chamem para subir e, mesmo assim, ainda ficam com desculpas para demorar mais um pouco, seja porque ainda falta lavar a sandália, a roupa ou que tenham que voltar para buscar algum outro apetrecho esquecido na beira do rio, mais um mergulho antes de subir.

Na terra também se imita o andar no rio, crianças improvisam com pedaços de tábuas a construção de suas rabetas, reproduzindo seus sons, movimentos e o modo de pilotar. A relação de aprendizagem e percepção sobre o meio entre crianças da Amazônia é discutido no texto de Cardoso e Souza (2011), os quais analisam a inserção da criança e jovens nas relações sociais, ou seja, ser constituído como ser pleno, o que só ocorre se reconhecido como tal pela coletividade, implica a necessidade de dominar intelectualmente os sistemas de saber culturalmente específicos, assim como a necessidade de poder ver desde o início, o processo de formação de trabalho e o resultado final (CARDOSO e SOUZA, 2011). Dessa forma:

As crianças e os jovens, nas comunidades rurais da Amazônia, recebem os meios intelectuais necessários para se utilizarem da natureza, tornando-a um instrumento de trabalho – o trabalho do saber - , como um método pedagógico que acompanha o neófito ele opera, criando, ao mesmo tempo, um trabalhador pelo saber técnico, capaz de produzir, e também percepções a respeito da idade e do gênero (CARDOSO e SOUZA, 2011, p. 168).

Em seu estudo sobre comunidades ribeirinhas da Amazônia, Furtado (1994) analisa que os rios e lagos são fundamentais para todo o sistema de reprodução social e, conseqüentemente, para a própria existência dos grupos. As atividades econômicas, domésticas, de transporte, comunicação e sociabilidade têm nas águas sua concretização, de forma que, para as comunidades ribeirinhas da Amazônia, os rios e lagos possuem amplos significados que vão muito além das utilidades práticas para as pessoas:

Um lago, por exemplo, com sua lâmina d'água e os recursos ictiológicos nele contidos é um destes patrimônios cujo significado vai além de sua própria configuração física e utilitarista. Além de ser fonte de alimentos e provisão de água para consumo e higienização do corpo e da casa, é espaço produtivo de trabalho socialmente construída, de relações sociais intra e intergrupais, isto é, intra e intercomunidades. É espaço intermediador entre o “mundo de dentro” e o “mundo de fora” local onde se atualizam formas de relação com o meio ambiente, um espaço onde o imaginário tem lugar não com características de superstição, mas de valores que interferem na relação do homem com seu habitat, contribuindo para sua conservação. É bom que se diga que os mitos têm essa função integradora (FURTADO, 1994, p.70).

Além de um território de vivências, sociabilidades, trabalho e lazer o rio é um lugar de encantarias para os beiradeiros. É no rio que conhecem encantados zoomórficos, animais que assumem forma e/ou características humanas, bem como os lugares ao mesmo tempo físicos e fantásticos, onde se pode encontrar seres sobrenaturais e assim suas narrativas são recheadas destes elementos. Em uma, das muitas pedras que se encontram no meio do rio, que têm inscrições de povos que habitaram anteriormente esse território. Os beiradeiros acreditam que lá mora uma cobra encantada e que a pessoa que conseguir ler os escritos da pedra vai tirar o encanto da cobra, fazendo com que ela volte a ser gente.

Outro encantado do fundo foi mencionado por uma interlocutora, a qual, como se verá no relato a seguir, teve um encontro com essa entidade uma certa noite há muitas décadas. Diz a mãe que ele tentou levar a criança que estava na rede no colo dela, enquanto a amamentava: “ era de noite, escuro, quando ouvi uma linda doutrina sendo cantada. Era tão linda que só podia ser de um encantado. O som cada vez mais chegava próximo da casa, até que senti alguém levantar o mosquiteiro de minha rede e me deu boa noite. Eu lhe respondi: boa noite! Aí o encantado ofereceu me ensinar uma doutrina mais bonita do que aquela, se eu lhe desse a minha mão direita, mas não aceitei. Sabe por que? O que estava nessa mão era a minha

criança mamando. O encantado insistiu várias vezes e eu não concordei com sua proposta e então ele saiu cantando e logo fez barulho grande de alguma coisa caindo na água”. Até uns anos atrás, ela conta, ainda sabia cantar uma parte da doutrina que ouviu naquela noite.

A senhora R. G. S. (76 anos) relata que desde então a criança não comia, tinha diarreia, febre e não parava de chorar. Levou na benzedeira, “foi uma luta para ela se criar”. A mãe acredita que seu filho era para ser do encantado, pois seus panos foram lavados no rio. Na conversa daquela noite com o encantado, ele disse que ouvia o choro da criança e queria ela para si. Motivo de muita preocupação para esta mãe, que desde então teve que cuidar muito para que o seu, até então, único filho, se criasse, tendo em vista que há muito esperava por um menino, pois só tinha filhas.

Em seu estudo sobre a religiosidade dos caboclos ribeirinhos da Amazônia, Maués (2005) problematiza os significados dos encantados. O autor cita a presença de uma princesa encantada, na ilha de Itapuá, no município de Vigia-PA, bem como relatos sobre a existência de cobra grande no Solimões e de botos que assumem a forma humana para conquistar mulheres em diversos lugares da Amazônia. Os encantados são, portanto, mais do que histórias contadas ou narrativas populares, eles fazem parte do cotidiano dos ribeirinhos, interagindo com eles e interferindo em suas vidas. Os beiradeiros da EETM entrelaçam em sua cosmografia, suas vidas às dos encantados, de modo que estes fazem parte da existência da comunidade.

Para Maués (2005, p. 262) “Os encantados, [que] ao contrário dos santos, são seres que não morreram, mas se “encantaram”” são uma forma de ver e explicar o mundo e parte fundamental da religiosidade cabocla da Amazônia que os relaciona intimamente à fauna, flora e às águas. Esta relação dos beiradeiros com os encantados, aponta para uma complexa cosmografia dos moradores da EETM, bem como para uma forma de interação humana-natureza que não estratifica nem separa, mas vê ambos como intimamente inter-relacionados.

No intuito de entender a relação que um grupo particular mantém com seu respectivo território, Little (2002, p.04) utiliza o conceito de Cosmografia, definido como:

Os saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território. Incluindo seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história de sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele.

Os beiradeiros da EETM têm uma relação de pertencimento com o lugar, se reconhecem como sujeitos que fazem parte de um mesmo território, tal fato pode ser

observado em diversas situações, desde os topônimos que fazem alusão à algum acontecimento, ou fazem referência à proximidade da propriedade de algum morador, ou ainda relacionado ao imaginário local. Apesar das moradias serem bem distantes umas das outras, as pessoas, além do parentesco e do compadrio, mantêm uma relação de vizinhança, de integração ao lugar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As populações amazônicas que vivem no interior das florestas e/ou às margens dos rios foram por muito tempo ignoradas ou tiveram seus direitos fundamentais, como saúde e educação, usurpados por agentes externos que estavam preocupados apenas em explorar as riquezas naturais. Latifundiários tradicionais e recentes, bem como grandes projetos de exploração pressionaram os ribeirinhos da Amazônia que viviam de forma tradicional, em interação com a fauna, flora e os rios e provocando baixos impactos ambientais (LIMA e POZZOBON, 2005).

Entre o rio e a floresta estão os encantados, que fazem parte de suas vidas cotidianas não somente como forma de explicar o mundo, mas também como parte de uma cosmografia que os mergulha em intimidade com a natureza. Animais que assumem formas humanas ou seres mágicos fazem parte de um universo que explica concepções de mundo, bem como seus valores éticos e religiosos. Valores como a necessidade de receber da melhor maneira possível os viajantes e também de enfrentar os desafios que se apresentam para que possam continuar a viver onde nasceram ou estão estabelecidos a muito tempo e onde aprenderam a conhecer cada detalhe do rio, da floresta, dos sons de animais e a fazer desta realidade, além de um lugar de vivência e reprodução social, uma forma de ver, ser e estar no mundo.

REFERÊNCIAS

ALARCON, Daniela Fernandes & TORRES, Mauricio. “**Não tem essa lei no mundo rapaz**”. Relatório para construção de um termo de compromisso população extrativista moradora da Estação Ecológica da Terra do Meio (EsecTM) Altamira. 2013.

ARRUDA, Rinaldo. “Populações Tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 79-92, jul.-dez. 1999.

BARTH, Fredrik. A identidade pathan e sua manutenção. In: BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000. p. 69-94.

BRASIL, República Federativa do. Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Brasília, 2000.

CARDOSO, Luiz Fernando Cardoso & SOUZA, Jaime Luiz Cunha de. Viver, aprender e trabalhar: *habitus* e socialização de crianças em uma comunidade de pescadores na Amazônia. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 6, n.1, p. 165-177, jan.-abr. 2011.

CASTRO, Edna. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: CASTRO, Edna & PINTON, Florence (Org.). **Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. Belém: NAEA/UFPA, 1997. p. 221-242.

ESCADA, Maria Izabel Sobral; VIEIRA, Ima Célia Ghimarães Vieira; KAMPEL, Silvana Amaral.; ARAÚJO, Roberto; Veiga, Jonas Bastos da.; AGUIAR, Ana Paula Dutra.; VEIGA, Iran; OLIVEIRA, Myriam; PEREIRA, Jorge Luiz Gavina; CARNEIRO FILHO, Arnaldo; FEARNSSIDE, Philip Martin; VENTURIERI, Adriano; CARRIELO, Felix; Thales, Marcelo; CARNEIRO, Tiago Senna G.; MONTEIRO, Antonio Miguel Vieira & CÂMARA, Gilberto . Processos de ocupação nas novas fronteiras da Amazônia (o interflúvio do Xingu/ Iriri). **Estudos Avançados**. Dossiê Amazônia Brasileira II. São Paulo, Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, v. 19, n. 54, p. 9-23, mai.-ago. 2005.

FURTADO, Lurdes Gonçalves. Comunidades tradicionais: sobrevivência e preservação ambiental. In: D'INCAO, Maria Ângela & SILVEIRA, Isolda Maciel (Org.). **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994. p.67-74.

GALVÃO, Eduardo. **Santos e visagens – um estudo da vida religiosa de Itá, Amazonas**. Brasileira, volume 284. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1955.

GONDIM, Neide. **A invenção de Amazônia**. 2ª ed. Manaus: Valer, 2007.

LIMA, Deborah & POZZOBON, Jorge. Amazônia socioambiental. Sustentabilidade ecológica e diversidade social. **Estudos avançados** – Dossiê Amazônia brasileira II. São Paulo, v. 19, n. 54, p. 45-76, jan.-abril. 2005.

LITTLE, P. E.. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia de territorialidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, p. 251-290. 2004.

LOPES, Ana Débora da Silva. **A Cura que Vem da Natureza: Conhecimentos, Práticas e Apreensões da Biodiversidade por Beiradeiros da Estação Ecológica Terra do Meio, Amazônia Brasileira**. 2015. 130 f. Dissertação (Dissertação de Mestrado em Antropologia) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Ufpa, Belém, 2015.

MAUÉS, Raimundo Heraldo. Um aspecto da diversidade cultural do caboclo amazônico: a religião. **Estudos avançados** – Dossiê Amazônia brasileira I. São Paulo, v.19, n.53, p. 259-274, jan.-abril. 2005.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify. 2003.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Caminhos da identidade: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo**. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Paralelo 15. 2006.

SANTOS, Roberto. **História econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.

SOUZA, César Martins de. De migrantes nordestinos a seringueiros no Xingu: história, memória e literatura em “A batalha do Riozinho do Anfrísio”. In: **Histórias do Xingu: fronteiras, espaços e territorialidades**. Organização César Martins de Souza & Alírio Cardozo. Belém: EDUFPA, 2008. p. 215-234.